



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

---

## Percursos custodiais dos arquivos de família através dos instrumentos de descrição documental do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira: uma análise de conteúdo

L. S. Ascensão de Macedo

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX  
Universidade de Coimbra

### 1. Introdução

Os arquivos de família, assumindo a terminologia arquivística de língua portuguesa como garantia literária (Duff e Cumming 2017), são definidos como “[a]rquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar” (Arquivo Nacional do Brasil 2005, p. 29) ou “arquivo de uma ou mais famílias aparentadas e/ou dos seus membros relativo a assuntos privados e públicos e à administração de bens” (Alves, Ramos e Garcia 1993). Estas definições, contudo, não esclarecem relações com outros conjuntos de arquivos de natureza privada<sup>1</sup>, como os *arquivos pessoais*, na aceção de arquivo como conjunto de documentos (Arquivo Nacional do Brasil 2005). A comunidade académica tem manifestado preferência, por seu turno, em considerar estes conjuntos documentais como *arquivos de família e pessoais* (Silva 2004; Gutiérrez De Armas 2016). Na verdade, o que define um arquivo de família? Apesar de a terminografia de língua portuguesa manter os termos em entradas distintas, os profissionais da informação de arquivo encontram nas garantias literárias aplicadas à descrição arquivística as soluções (ou os subterfúgios) na hora de representar tais arquivos como *de família* ou como *pessoais* em instrumentos de acesso à informação<sup>2</sup> (Barité 2017; Llanes Padrón 2016; Duff e Cumming 2017).

A importância destes arquivos de natureza privada tem sido, na última década, objeto de contínua valorização, não apenas do ponto de vista patrimonial, através dos arquivos, bibliotecas e museus, públicos ou privados, mas também no meio académico e na Sociedade Civil em Portugal (Rosa 2012; Rodrigues 2018; Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados [sin fecha]; Gutiérrez De Armas 2016). Contudo, a produção científica visível sobre AFP manifestou um lato desconhecimento sobre o trabalho realizado pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM). Deste modo, esta comunicação tem como objetivo analisar estratégias discursivas para a representação descritiva dos processos custodiais na

---

<sup>1</sup> Na terminografia arquivística brasileira, define *arquivo privado* como “Arquivo{1} de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (Arquivo Nacional do Brasil 2005). A Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados define como “todos os que resultaram da atividade e da administração de coletividades (instituições, famílias, empresas) e pessoas individuais, nos seus domínios próprios, independentemente de tais domínios terem resultado de doações ou concessões régias ou do Estado” (Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados [sin fecha]).

<sup>2</sup> Adota-se nesta comunicação a denominação *instrumentos de acesso à informação* (Ribeiro 1998), reconhecendo a presença de variantes como *instrumentos de descrição documental* ou IDD, ou *instrumento de pesquisa* (variante terminológica em português do Brasil).



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

formação de arquivos de família, tendo como ponto de partida, os instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM. Posto assim, esta comunicação organiza-se do seguinte modo: definiremos o problema e objetivos em torno do tema em apreço, faremos uma revisão de literatura que possibilitará contextualizar o papel dos instrumentos de acesso à informação e as garantias literárias que os suportam, definiremos uma abordagem metodológica sobre os procedimentos de recolha e análise de dados, seguido de uma apresentação e discussão dos resultados obtidos e considerações finais.

## 2. Problema de investigação

A representação dos AFP em instrumentos de acesso à informação acarreta desafios para quem descreve tais conjuntos documentais. Muitos destes fundos privados são adquiridos por serviços especializados (arquivos, bibliotecas e museus), públicos ou privados, mediante um enquadramento legal específico. No caso dos arquivos públicos, tais modalidades podem ser por meio de doações, depósitos, heranças, legados, doações, incorporações, permutas ou reintegrações (Rodrigues 2018), podendo passar também por um processo de patrimonialização de acordo com a Lei n.º 107/2001, de 30 de agosto (Portugal. Leis decretos 2001), e pelo Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro (Portugal. Leis decretos 1993). Há, porém, que considerar que estes fundos documentais de família ou pessoais possuem uma estrutura *sui generis*, que não tem paralelo com estruturas burocráticas de uma administração pública ou de empresas. Tais conjuntos documentais podem integrar, além dos documentos de arquivo, documentos de biblioteca e de museu, na maior parte das vezes tratados diferenciadamente por “instituições de memória” (u. g., arquivos, bibliotecas e museus) (Hjørland 2000; Hjerpe 1994) e, muitas vezes, representados como “silos” e fragmentados entre serviços ou entidades custodiantes distintas.

O problema de investigação deste estudo consiste em identificar percursos custodiais anteriores às diversas modalidades de aquisição destes acervos documentais no ABM. Consideramos este aspeto importante dado que, independentemente da ordem (ou a sua ausência) e da sua proveniência, pode ter implicações nas opções de representação da informação arquivística destes fundos em instrumentos de acesso de informação (inventários, catálogos, bases de dados, etc.). De que modo são descritos os processos custodiais destes AFP em instrumentos de acesso à informação? Desta forma, as normas da descrição arquivística estipularam regras para a descrição de processos custodiais patente no metadado *história custodial e arquivística* (HCA) da ISAD(G) (International Council on Archives 2000). Este metadado constitui uma base para averiguar como é que estes AFP se formaram e como foram representados pelo ABM nos seus instrumentos de pesquisa.

## 3. Revisão de literatura

Para a representação da informação de AFP, há diversa discussão teórica em torno de princípios considerados fundacionais da Arquivística: proveniência, organicidade e respeito pela ordem



## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

original (Zhang 2012; Meehan 2010). O princípio da proveniência sustenta-se no pressuposto de um conjunto informacional ou fundo, produzido e/ou acumulado por uma entidade, não deve ser misturado com outro(s) fundo(s). Esta definição, salvo pequenas variações, encontra-se em quase todos os dicionários de terminologia arquivística de língua portuguesa (Macedo 2018). Contudo, no contexto da arquivística pós-custodial, emergiu a perspetiva de “múltiplas proveniências”, como reação crítica à arquivística tradicional, que valorizava conjuntos documentais de entidades que exerceram poder em detrimento daqueles que não tinham poder (Millar 2002; Thibodeau 2016). Quanto ao princípio da organicidade, por seu turno, é definido como “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (Arquivo Nacional do Brasil 2005, p. 127) ou “característica que decorre do facto de os arquivos reflectirem (...) a vontade e o funcionamento dessa administração. Fundamenta os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original” (Biblioteca Nacional de Portugal 2010). Esta perspetiva tem, também, sido objeto de crítica<sup>3</sup> por alguns autores ao considerar este princípio como uma característica exclusiva de entidades com aparelho jurídico-administrativo e burocrático (Silva 2015; Universidade do Porto 2007). Por seu turno, o princípio do respeito pela ordem original estipulou que o arquivo deve “conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Arquivo Nacional do Brasil 2005, p. 137) ou que os “arquivos de uma mesma proveniência devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, a fim de se preservar as relações entre os documentos como testemunho do funcionamento daquela entidade” (Alves, Ramos e Garcia 1993, p. 77). Contudo, a manutenção da ordem original tem sido entendida pela comunidade arquivística mais em sentido prescritivo e conceptual do que propriamente um critério metodológico exequível<sup>4</sup> (Meehan 2010). Quando indivíduos ou famílias custodiam arquivos pessoais, podem ocorrer interferências na estrutura do acervo documental, que não deriva necessariamente de uma ordenação imutável estabelecida pelo seu produtor. Por exemplo, a formação de coleções ou espólios temáticos, como é o caso do escritor madeirense João Cabral do Nascimento custodiado pelo Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (cf. Lisboa, ACPC/BNP, Esp. N28), constituiu-se a partir da seleção de documentos que dizem respeito à atividade desta personalidade como escritor, por via de uma desagregação de um arquivo de família<sup>5</sup>, de onde proveio, ou de um fundo pessoal que foi fragmentado para satisfazer um critério temático, anulando “os seus contextos genésicos” (Rodrigues 2018, p. 34). Nesta ordem de ideias, para além destes conceitos fundacionais da

---

<sup>3</sup> Cf. Silva criticou tal incongruência científica em que se postulava que “o “fundo” era considerado uma entidade indivisível, mas a sua ordem interna ficava sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade” (Silva, A. B. M. da, 2000, p. 22). O mesmo autor aponta que “é impossível, postulamos nós, existir informação sem organicidade, o que não significa que tenha de haver sempre uma estrutura burocratizada e dividida em directorias, departamentos, secções e repartições (tipo pluricelular), pois há entidades que funcionam sem um complicado aparelho burocrático (são as unicelulares)” (Silva, A. M. da, 2004).

<sup>4</sup> Cf. Meehan critica que “the biggest limitation of all is the fact that the archival concept of original order does not address what to do with, or even how to think about, records that lack a consistent, discernible order, which is the case more often than not with personal records” (2010, p. 31).

<sup>5</sup> Note-se que o acervo documental foi comprado pela Secretaria de Estado da Cultura aos herdeiros, designadamente ao Dr. João Crawford de Menezes Cabral, em dezembro de 1990.



## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

arquivística, *custódia* é definida como a “responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade” (Arquivo Nacional do Brasil 2005, p. 62) ou “a responsabilidade pela conservação de documentos de arquivo, baseada na sua guarda física” (Conselho Internacional de Arquivos 2004b, p. 13). Conforme se pode verificar, a estrutura conceptual subjacente a estes princípios arquivísticos em dicionários terminológicos privilegia noções de completude, autenticidade, estrutura e custódia, com pouca tolerância para “anomalias”. Importa ter presente que estes conceitos têm sido entendidos sob uma perspetiva de arquivos como sistemas estáticos, sedimentados e unidimensionais. A arquivística pós-moderna e pós-custodial reinterpretou estes princípios como sistemas de informação sob um ponto de vista dinâmico e multidimensional (Cook 2012; Silva 2004, 2015). No entanto, os arquivos não são, por conseguinte, sistemas de informação neutros assim como as suas representações em instrumentos de acesso à informação (Cook e Schwartz 2002).

No caso da AFP, estes sistemas de informação caracterizam-se pela sua complexidade, com dinâmicas próprias e não obedecendo a procedimentos burocráticos tal como uma administração pública. Vários autores concordaram que as fronteiras entre a documentação da esfera pessoal e/ou familiar, face à esfera pública ou privada, são discutíveis e devem ser analisadas caso a caso (Rodrigues 2018; Gutiérrez De Armas 2016; Rosa 2012). Os métodos para a representação da informação de AFP em instrumentos de acesso à informação encontram nas garantias literárias (normas, orientações técnicas, boas práticas, etc.) um conjunto de recomendações, sem serem necessariamente prescritivas, para suporte à descrição arquivística (Barité 2017; Duff e Cumming 2017).

No caso português, o órgão de gestão da política nacional de arquivos<sup>6</sup> não só adotou o *ISAD(G)* (Conselho Internacional de Arquivos 2004b) e o *ISAAR (CPF)* (Conselho Internacional de Arquivos 2004a), como também estabeleceu orientações mais específicas para aplicação destas garantias literárias para descrição arquivística, com o objetivo de “contribuir para a criação de descrições consistentes da documentação de arquivo e dos seus produtores e colecionadores” (Direção-Geral de Arquivos 2007, p. 16). Além disto, produziram-se orientações e boas práticas mais específicas para AFP, orientadas para públicos especializados e não especializados (Rosa 2017). As propostas metodológicas para a organização, identificação, descrição, classificação, avaliação e preservação de fundos de família ou pessoais em Portugal cingem-se a dois modelos: por um lado, temos as garantias literárias emanadas pelo órgão de gestão da política arquivística nacional, baseadas nas normas do Conselho Internacional de Arquivos (Peixoto 1999; Conselho Internacional de Arquivos 2004b), que tem sido adotada pela maioria dos arquivos definitivos públicos e privados detentores destes bens. Por outro, Silva (2004, 2015) propôs um método científico que denominou por “modelo sistémico e interactivo”, com vista à representação de arquivos na ótica da Ciência da Informação (Silva et al. 1999). Este método não declinou o recurso à norma internacional *ISAD(G)* enquanto garantia literária para a descrição arquivística, mas apresentou uma interpretação alternativa para a estrutura hierarquizada ou multinível das classes informacionais como unidades dinâmicas “com as devidas adaptações terminológico-conceptuais” (Silva 2004, p. 72). Para Ribeiro, a representação da informação arquivística –

---

<sup>6</sup> Na presente data, tal competência está cometida à Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.



## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

materializada em “quadros de classificação”<sup>7</sup> – em instrumentos de acesso à informação continua a ser aplicada pela comunidade profissional para servir uma dupla função: por um lado, classificam-se documentos de arquivo com o fim de “organizar / arrumar (fisicamente) documentos” e, por outro, com o fim de “representar/recuperar informação” (Ribeiro 2013, p. 535). Convém reconhecer que os instrumentos de acesso à informação têm evoluído consideravelmente, tanto em ambiente analógico como – e sobretudo – em ambiente digital (Cox 2008; Trace e Dillon 2012; MacNeil 2012). Contudo, é preciso ter em consideração para o facto de os instrumentos de acesso à informação baseados na norma *ISAD(G)* e *ISAAR(CPF)*, independentemente dos métodos atrás mencionados e de outras garantias literárias que os suportam, apresentarem várias limitações. Em primeiro lugar, tais representações por classes redundam invariavelmente em estruturas hierarquizadas e unidimensionais, por níveis, com uma visualização mais estática e rígida do que dinâmica, mais parecido com um “silo” do que um rizoma (Duff e Haskell 2015); em segundo lugar, é recorrente a pretensão de considerar-se este tipo de visualização hierarquizada como reconstituições de fundos ou de sistemas de informação, quando se está na presença de modelações idiossincrásicas, que procedem de critérios subjetivos que conduzem a que uma unidade informacional “se encaixe” numa determinada classe e não noutra; em terceiro lugar, verificam-se práticas de profilaxia da representação do erro ou do vazio em instrumentos de pesquisa arquivísticos, transmitindo uma falsa perceção de completude e integridade, como um arrolamento de bens materiais custodiados por uma entidade, descurando-se a eventualidade, por exemplo, da existência de unidades informacionais dispersas por múltiplas custódias. Acresce a estas limitações o facto de os instrumentos de acesso à informação poderem esclarecer ou obscurecer proveniência(s), organicidade(s) e (des)ordem(ns) original(ais): não se está perante representações neutras de arquivos, sendo necessário analisar genologicamente estratégias discursivas adotadas na descrição, por exemplo, de processos custodiais (MacNeil 2017, 2012, 2009).

Conforme se pôde verificar, a produção científica em Portugal sobre AFP tem recebido especial atenção não só entre arquivistas e serviços públicos especializados detentores destes acervos como também da Sociedade Civil (Peixoto 1994, 1991, 2002, 1999, 1995 ; Rosa 2012; Rodrigues 2018; Silva 2000, 2015). No entanto, o conhecimento sobre AFP respeitantes aos vários conjuntos documentais existentes na Região Autónoma da Madeira permaneceu durante muito tempo desconhecido. Deve-se realçar, em primeiro lugar, que, desde a criação do Arquivo Distrital do Funchal (ADF) em 1931, incorporaram-se diversos fundos de família e pessoais: a família Freitas Branco em 1934, a família Torre Bela em 1959, a família Freitas Lomelino em 1964, a família Ornelas e Vasconcelos em 1960 e 1964, a família Bettencourt Mimoso, a família Bettencourt Perestrelo (em data incerta) e a Biblioteca “Dr. Nuno Porto” em 1960, só para referir alguns conjuntos documentais mais relevantes (Arquivo Regional da Madeira 1997). Quando o ADF foi convertido em Arquivo Regional da Madeira (ARM), através do Decreto-Lei n.º 287/80, de 16 de agosto, e depois de esta entidade ter sido investida como órgão de gestão dos arquivos na Região, através do Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/M, de 22 de maio, esta ampliação

---

<sup>7</sup> As normas de descrição arquivística publicadas pelo Conselho Internacional de Arquivos bem como os mecanismos de representação da informação arquivística serão substituídos para uma nova norma na sua versão *draft RiC: Records in Context* (International Council on Archives 2016).





# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

de competências possibilitou ao ARM desenvolver estratégias de valorização e de suporte técnico não apenas de arquivos das administrações públicas como também de entidades privadas. Somente a partir de 2004, com um novo imóvel construído de raiz para a função de arquivo público, é que se desenvolveu todo um trabalho de incorporação (ou depósito) de arquivos e bibliotecas de procedência familiar e pessoal. Publicaram-se no boletim *Arquivo Histórico da Madeira* e no portal *web* institucional (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2017a) instrumentos de acesso à informação sobre arquivos e bibliotecas familiares e pessoais (Arquivo Regional da Madeira 1997; Ferreira 1998; Paredes 1999; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2016b), além de estudos publicados a nível regional e nacional (Barros 2009b; Paredes 2012) bem como celebrações e homenagens aos doadores destes bens culturais (Barros 2009a). Contrariamente à estratégia adotada pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), o qual tem vindo a preservar arquivos e bibliotecas procedentes de famílias ou indivíduos “ilustres”, o Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA) salvaguardou AFP procedentes das classes populares, no âmbito do projeto de investigação *Memória das Histórias das Gentes que fazem a História* (Vieira 2013a, 2013b).

Em síntese, as entidades detentoras de arquivos e bibliotecas de família ou pessoais têm reconhecido o papel insubstituível destas instituições, ABM e CEHA, abrindo mão dos elos afetivos que os ligam a estes bens e contribuindo generosamente para ciência e cultura madeirense.

## 4. Procedimentos metodológicos

Para este estudo, o objetivo de investigação consiste em analisar o conteúdo do metadado *História Custodial e Arquivística* (HCA) nos instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM. Para tal, recorreremos a uma abordagem mista qualitativamente orientada (Hesse-Biber, Rodriguez e Frost 2015), uma vez que a análise de conteúdo com recurso a ferramentas computacionais, a nosso ver, não é um método puramente qualitativo (Neuendorf 2017). Pretende-se responder às seguintes questões de investigação:

Q1: Quais são os fundos documentais de família custodiados pelo ABM que se encontram representados institucionalmente como arquivos pessoais?

Q2: Como se estrutura o conteúdo do metadado HCA nos instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM?

### 4.1. Garantias literárias aplicadas à descrição arquivística: o metadado *História Custodial e Arquivística*

As garantias literárias têm uma longa tradição na biblioteconomia, sobretudo na teoria da classificação, termo proposto por Wyndham Hulme em 1911 (Barité 2017). No âmbito da arquivística, só em 1994 é que se desenvolveram métodos baseados em garantias literárias, de que a Universidade de Pittsburgh foi pioneira com o projeto *Functional Requirements for*



## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

*Evidence in Recordkeeping* (Duff e Cumming 2017; Duff 1995). Para Duff e Cumming, os métodos suportados em garantias literárias são “a flexible, scalable, powerful method that can be used to collect, analyse and compare data, as well as to test, validate, communicate and revise research” (2017, p. 459). As características que definem uma garantia literária como tal – materializada em normas, legislação, terminologias, boas-prática, etc. – consistem no facto de serem validadas por uma instituição, grupos profissionais, indivíduos ou comunidades de prática a quem se lhes atribui consensualmente autoridade sobre uma determinada área de atuação<sup>8</sup>.

O Conselho Internacional de Arquivos tem sido uma das entidades responsáveis pela emanação de importantes instrumentos normativos para a descrição arquivística de alcance internacional (entre outros domínios de intervenção). Conforme expusemos atrás, normas como *ISAD(G)* (International Council on Archives 2000), *ISAAR(CPF)* (International Council on Archives 2004), *ISDF* (International Council on Archives 2011a) e *ISDIAH* (International Council on Archives 2011b) constituem instrumentos para a descrição, respetivamente, de recursos informacionais, de entidades produtoras, de funções e de entidades custodiantes, com um esquema de metadados que possibilita não só descrever com recurso a dados estruturados ou semi ou não estruturados mas também interrelacionar entidades, preferencialmente em ambiente digital (Gross 2013). Deve-se realçar a nova norma internacional *RiC: Records in Context* (International Council on Archives 2016), cujas potencialidades ainda estão por provar. Sublinhe-se que a descrição arquivística em *ISAD(G)* baseada nestas normas caracteriza-se por uma estrutura hierarquizada e multinível, *i. e.*, numa estrutura em árvore, como fundo, secção, série, documento composto ou documento simples, similar à taxonomia lineana (Macedo 2017).

De todos os metadados que nos interessa para este estudo, o HCA constitui uma hipótese de análise dado que permitirá contextualizar, em instrumentos de acesso à informação, processos genésicos e evolutivos de “transferências de propriedade, responsabilidade e/ou custódia da unidade de descrição” (Conselho Internacional de Arquivos 2004b, p. 26). O metadado HCA tem como objetivo “[f]acultar informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para a sua autenticidade, integridade e interpretação” (2004b, p. *ibid.*). As *Orientações para a Descrição Arquivística* (ODA), documento emanado pelo órgão responsável pela política nacional de arquivos (Direcção-Geral de Arquivos 2007), expandem os requisitos das normas *ISAD(G)* (Conselho Internacional de Arquivos 2004b) e *ISAAR(CPF)* (Conselho Internacional de Arquivos 2004a)<sup>9</sup>. Que requisitos as ODA propõem para a descrição do metadado HCA? As regras propostas por esta norma de descrição multinível ou hierarquizada consistem na abordagem do geral para o particular, na seleção de informação pertinente para o nível de descrição, na ligação entre descrições (entre metadados ou instrumentos de acesso à informação) e não repetição de informação em níveis de descrição inferiores. Além disto, o

---

<sup>8</sup> Duff e Cumming referem que “defining characteristic of warrant sources is not their scale or breadth of impact, but their authority, importance and resonance within the culture, jurisdiction, location, country, environment, community, profession, or society where they have applicability or relevance”(2017, p. 460).

<sup>9</sup> As normas ISDF e ISDIAH não foram traduzidas para português europeu por esta entidade. No entanto, refira-se que o ISAAR(CPF) encontra-se juntamente com o ISDF materializado no projeto de *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas* (Leroux et al. 2012).



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Conselho Internacional de Arquivos disponibilizou orientações para a preparação e aplicação de normas de descrição arquivística em diferentes tipos de instrumentos de descrição, com o objetivo de possibilitar a utilização das normas *ISAD(G)* e *ISAAR(CPF)* (Conselho Internacional de Arquivos 2001).

Em primeiro lugar, o metadado em apreço é requisito obrigatório para a descrição de nível de fundo (e sub-fundo), enquanto os níveis inferiores têm caráter opcional (Direcção-Geral de Arquivos 2007, p. 21). Em segundo lugar, trata-se de um metadado integrado na *Zona de Contexto*<sup>10</sup>, cujo objetivo consiste em descrever “a informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição” (Id., 2007, p. 65). Em terceiro lugar, as ODA indicam critérios gerais para diversos cenários de interrupção ou sucessão de propriedade dos conjuntos documentais, critérios específicos aplicáveis aos vários níveis de descrição e exclusões ou remissões para outros metadados onde a informação deve ser consignada. Por último, o HCA privilegia dados textuais materializados numa descrição narrativa e ordenada de eventos, apesar de deixar ao critério das entidades detentoras a “definição da política de descrição a adoptar” (Id. 2007, p. 77). O Quadro 1 abaixo exarado extrai um conjunto de requisitos auxiliares para a descrição do metadado HCA.

Quadro 1 - Orientações gerais para a descrição do metadado HCA

<b>Código ODA</b>	<b>Descrição</b>
2.3.A1	<i>A história custodial e arquivística é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registada em todos os demais níveis de descrição.</i>
2.3.A2.	<i>Registar as transferências sucessivas de propriedade, responsabilidade, custódia, controlo ou localização da unidade de descrição.</i>
2.3.A3.	<i>Registar as datas dessas mudanças, quando conhecidas.</i>
2.3.A4.	<i>Registar as perdas documentais significativas relacionadas com causas naturais, incúria e abandono, ou qualquer outro tipo de acção que afecte a integridade da documentação, como subtração, fragmentação, mutilação, dispersão, etc.</i>
2.3.A5.	<i>Quando a unidade de descrição é constituída por cópias, registar, se conhecida, na História custodial e arquivística, informação sobre a custódia dos originais antes de copiados, e sobre a custódia das cópias, antes de adquiridas pela entidade detentora ou serviço de arquivo.</i>
2.3.A6.	<i>Quando a história custodial for desconhecida, tal facto deve ser registado.</i>
2.3.A7.	<i>Registar explicitamente todos os aspectos relacionados com a história da organização, ou das sucessivas organizações, de que foi alvo a unidade de descrição.</i>
2.3.A8.	<i>Registar a história de produção de instrumentos de descrição para a unidade de descrição.</i>
2.3.A9.	<i>Registar a reutilização da unidade de descrição para outros fins.</i>
2.3.A10.	<i>Registar as migrações de software, reformatações, respectivas especificações e propriedades relativas à unidade de descrição.</i>
2.3.A11.	<i>Registar quaisquer outras acções que tenham contribuído para a actual estrutura e organização da unidade de descrição.</i>
2.3.A12.	<i>Registar as datas dessas acções, quando conhecidas.</i>

Fonte: Extrato do documento da Direcção-Geral de Arquivos (2007, p. 73–76).

<sup>10</sup> Além do metadado HCA, integram outros como *Nome do produtor, História administrativa/biográfica/familiar, Fonte imediata de aquisição ou transferência.*





# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Entre os critérios específicos para a descrição deste metadado, as ODA recomendam que o nível de fundo e eventuais subdivisões devem registar eventos no seu conjunto. Se o HCA for utilizado para níveis inferiores (secção, série e suas subdivisões, unidade de instalação, documento composto e documento simples), deve-se fazer cumprir a regra de não repetição da informação em relação ao nível imediatamente superior. Do ponto de vista das fontes de informação, os eventos de sucessão de propriedade devem estar suportados por documentos administrativos (v. g., guias de remessa, contratos de depósito e doação, autos de entrega, livro de registo de entrada de documentação, recibos de compra, etc.) e registados no metadado *Nota do arquivista*. Exclui-se deste metadado informação que deve ser remetida para *Fonte imediata de aquisição ou transferência*<sup>11</sup>, *Sistema de organização*<sup>12</sup> e *Instrumentos de descrição*<sup>13</sup>.

As regras das ODA para a descrição de HCA constituem uma base metodológica para a análise de conteúdo nos instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM neste estudo.

## 4.2. Recolha e análise de dados

Os instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM, seja por meios analógicos seja por via digital, são a principal fonte de investigação deste estudo (Governo Regional da Madeira [sin fecha]; Arquivo Regional da Madeira 1997). Deve-se referir que esta entidade tem adquirido ao longo dos anos vários conjuntos documentais por via de doações ou de contratos de depósitos de arquivos de família e pessoais, alguns em processo de tratamento<sup>14</sup> e excluídos desta análise. Importa referir que os instrumentos de acesso à informação (roteiros, guias, inventários, catálogos ou bases de dados) não são instrumentos estáticos, dado que o ABM processa com regularidade revisões em função de novos ingressos, conversões para as normas *ISAD(G)* (ou outras convenções normativas) e disponibilização em diversos meios de acesso à informação, pelo que as flutuações de contagem de dimensão dos fundos e coleções dependem da granularidade descritiva adotada pela instituição (Barros 2009b).

Para efetuar o processamento da recolha, os dados foram retirados, numa primeira fase, na secção “Famílias e Pessoais” do *Guia do Arquivo Regional da Madeira* (Arquivo Regional da Madeira 1997, p. 155–168). Numa segunda fase, complementámos informação através da pesquisa nos vários volumes do boletim *Arquivo Histórico da Madeira* (Ferreira 1998; Paredes 1999) e, numa terceira fase, através da lista constante do portal institucional que hiperliga para os diversos instrumentos em formato *.pdf* (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

<sup>11</sup> Cf. “2.3.E1. Quando a unidade de descrição é entregue na entidade detentora ou serviço de arquivo directamente pelo produtor, sem que haja informação relativa à história arquivística, registar essa informação no elemento *Fonte imediata de aquisição ou transferência*” (Direcção-Geral de Arquivos, 2007, p. 77).

<sup>12</sup> Cf. “2.3.E2. Registar a organização, classificação ou estrutura actuais da unidade de descrição no elemento de informação *Sistema de organização*” (Id., 2007, p. *ibid.*).

<sup>13</sup> Cf. “2.3.E3. Registar os instrumentos de descrição vigentes no elemento de informação *Instrumentos de descrição*” (Id., 2007, p. *ibid.*).

<sup>14</sup> Consulte-se vários artigos jornalísticos que atestam o facto só, por exemplo, em 2017 (Henriques, 2017; Pestana, 2017).



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

2017b). Para a recolha, considerámos indispensável o título formal do conjunto documental atribuído pelo ABM, tipo de conjunto documental (fundo ou coleção), datas extremas, dimensão física (em unidades de instalação), tipologias de materiais (arquivo e/ou biblioteca), acessibilidade, forma de ingresso, data de incorporação/depósito, tipo de instrumento de acesso à informação e notas bibliográficas.

Com base nesta recolha, identificaremos quais os instrumentos de acesso à informação publicados cumprem ou não cumprem a norma *ISAD(G)* e quantos destes instrumentos contêm o metadado HCA. Por exclusão de partes, os que não cumprirmos, não serão objeto de análise de conteúdo. No que concerne aos arquivos pessoais, não nos debruçaremos sobre todos os instrumentos de acesso à informação publicados, por motivo de dimensão. Os instrumentos de acesso à informação que estiverem conformes à norma supracitada aplicar-se-ão os requisitos constantes das *ODA* (Direção-Geral de Arquivos 2007) para uma análise de conteúdo com recurso a uma codificação de conteúdo baseada no Quadro 1 supra-exarado. A análise de conteúdo será processada através de ferramentas computacionais para a análise qualitativa de dados, com recurso a uma etiquetagem automática de conteúdo<sup>15</sup>. É indispensável ter em consideração para o facto de existir instrumentos de acesso à informação publicados antes e depois das *ODA*<sup>16</sup>.

## 5. Resultados e discussão

### 5.1. *Quais são os fundos documentais de família custodiados pelo ABM que se encontram representados institucionalmente como arquivos pessoais?*

Os instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM contabilizam oito fundos identificados como arquivos de família<sup>17</sup>. Estes fundos têm uma dimensão cronológica que se estende desde o século XVI até ao século XX, coexistindo treslados de documentos produzidos no século XV, e com um volume documental heterogéneo, quantificado em unidades de instalação (u. i.). Os resultados encontrados encontram-se na tabela que se segue:

Tabela 1 - Relação de arquivos de família e pessoais publicados em instrumentos de acesso à informação pelo ABM

<sup>15</sup> Para o presente estudo, utilizaremos a aplicação NVIVO (QSR International Pty Ltd., 2012).

<sup>16</sup> Para poder-se quantificar o número de instrumentos de acesso à informação acessíveis, estivemos a conferi-los *in loco*. Apenas nos restringiremos aos IDD acessíveis publicados até 2018.

<sup>17</sup> Excluimos deste cômputo o arquivo da família Bento de Gouveia, depositado no ABM no ano de 2017, e o arquivo de família Bettencourt da Silva.



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Título do fundo/sigla	Datas extremas	Data de incorporação, depósito ou autorização de acesso	Total u.i.	Instrumentos de acesso à informação				Conforme ISAD(G)?	Fonte imediata de aquisição	Fonte
				Guia	Inventário	Catálogo	Base de dados			
Família Bettencourt Mimoso (FBM)	1544/1948	Incerto	1	X	-	-	-	N	Doação	(Arquivo Regional da Madeira 1997, p. 156–157)
Família Bettencourt Perestrelo (FBP)	1604/[1925 ]	Incerto	8	X	-	-	-	N	Doação	(Arquivo Regional da Madeira 1997, p. 157–158)
Família Calisto Pinto da Silva (FCPS)	1824/1930	1999	1	-	-	X	-	N	Doação	(Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 1999)
Família Freitas Lomelino (FFL)	XVI-XX	1964	19	X	-	-	-	N	Doação	(Arquivo Regional da Madeira 1997, p. 159–161)
Família Ornelas Vasconcelos (FOV)	1514/1926	1960, 1964	42	X	X	-	-	S	Depósito	(Arquivo Regional da Madeira 1997, p. 162–164; Ferreira 1998)
Família Torre Bela (FTB)	XVI-XIX	1959	33	X	-	-	-	N	Doação	(Arquivo Regional da Madeira 1997, p. 165–166)
Visconde do Porto da Cruz (VPC)	1788/2000	1934, 2003, 2004	16	-	X	-	-	S	Doação	(Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2004)
Família Almada Cardoso (FAC)	1794/1902	1999	1	-	-	X	-	N	Autorização de microfilmagem	(Paredes 1999)
Carlos Cristóvão (CC)	XVIII/XX	1998, 2000	10			X		N	Doação	(Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 1998)
José e Clara Pereira da Costa (JPC)	1926/2011	2010	51		X		X	S	Doação	(Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2015)
Luiz Peter Clode (LPC)	1801/1990	2004	56		X			S	Legado	(Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2005)
João Caldeira Leal & Cia. Lda (JCL)	1928/2007	2007	153		X			S	Doação	(Arquivo Regional da Madeira 2009)

Fonte: ver coluna correspondente. Nota: S = sim; N = Não.

Em primeiro lugar, verifica-se que os fundos documentais de família foram adquiridos na sua maioria em contexto de Arquivo Distrital do Funchal (FFL, FOV, FTB e VPC), *i. e.*, entre 1931 a 1980, enquanto outros foram formalizados em contexto de Arquivo Regional da Madeira (FAC, FCPS), com novos ingressos (VPC), entre 1980 a 2015. Verifica-se, também, que uma das formas de aquisição destes bens arquivísticos tem sido por via da doação feita por herdeiros (indivíduos ou membros da mesma família) detentores destes bens documentais (72%), enquanto outros optaram pela figura do depósito ou da autorização da microfilmagem (14%, para ambas modalidades de aquisição). Grande parte das descrições disponíveis sobre estes fundos foi publicada através do *Guia do Arquivo Regional da Madeira* (Arquivo Regional da Madeira 1997).



## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

No entanto, a informação aí contida é muito genérica e mais focalizada para a história biográfica e familiar, com referências sintéticas para a dimensão cronológica, extensão física e instrumentos de acesso à informação (com preponderância para fichas catalográficas manuais, hoje inacessíveis). É de realçar, também, a amplitude cronológica entre a data de incorporação, depósito ou autorização de acesso e a data de publicação dos instrumentos descritivos. Verifica-se que há conjuntos documentais de família – cuja importância tem sido realçada pela entidade detentora (Arquivo Regional da Madeira 1997) – que há vários anos não dispõe de um inventário ou catálogo publicado. Nesta condição estão os arquivos de FBM, FBP, FFL e FTB<sup>18</sup>. Apenas dois instrumentos de acesso à informação declaram utilizar a norma ISAD(G): os arquivos FOV e VPC. É de realçar que o instrumento respeitante ao fundo FAC apresenta a mesma metainformação do ISAD(G), porém não é possível aferir se houve esse recurso por não se encontrar explícito textualmente no metadado *Regras e convenções*. Refira-se que o inventário sobre o fundo FOV constitui um dos primeiros instrumentos de acesso à informação publicados em Portugal conforme à ISAD(G) (Ferreira 1998), no entanto, tal instrumento somente está acessível em suporte papel e não possui metadado HCA.

No que diz respeito aos arquivos pessoais, o ABM publicou 25 instrumentos de acesso à informação (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2017b)<sup>19</sup>. Estes conjuntos documentais são heterogêneos na natureza e na estrutura, que dizem respeito a documentos de diversa índole, constituindo fundos ou coleções, incluindo bibliotecas pessoais, e de uma grande diversidade de suportes materiais. Não analisaremos todos os fundos em particular, por os arquivos pessoais estarem fora do nosso objetivo de análise e devido à dimensão, remetendo, para esse efeito, a título exemplificativo, para o volume XXIII do *Arquivo Histórico da Madeira* (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2016a). Refira-se que estes arquivos foram na sua maioria doados ao ABM por herdeiros (indivíduos ou membros da mesma família) ou pelos próprios possuidores/produtores legalmente habilitados ou, ainda, transferidos da extinta Biblioteca Pública Regional da Madeira.

Contudo, conforme já expusemos atrás em relação ao arquivo VPC, há quatro fundos que merecem reflexão. Em primeiro lugar, importa esclarecer que VPC se encontra apresentado formalmente sob o título de *Arquivo do Visconde do Porto da Cruz*, que tem sido considerado pela instituição detentora como um *arquivo pessoal*, critério baseado no prestígio de um indivíduo. Em que medida esta opção não obscurece a presença de outros membros da mesma família, que também produziram e/ou acumularam conjuntos documentais, na denominação do conjunto documental? O mesmo aspeto é extensível ao fundo CC que, através do catálogo, se depreende a existência de documentação respeitante a bens patrimoniais da família Câmara Leme Escórcio Bettencourt, desde o século XVIII. Por seu turno, pode-se considerar o fundo JPC, produzido e/ou acumulado por um casal unido pelo matrimónio, como um arquivo pessoal? De acordo com as ODA, para denominar um conjunto documental seja de família seja pessoal, encontra-se prescrito o seguinte: “[q]uando o fundo foi produzido por mais do que três pessoas

---

<sup>18</sup> Refira-se que parte do fundo FTB se encontra no Arquivo Nacional do Brasil, referente aos Viscondes de Torre Bela e, possivelmente, de outros membros da família Correia Henriques que terão acompanhado a família Real no exílio para o Brasil, aquando das invasões napoleónicas.

<sup>19</sup> Cf. anexo único, apenso a este texto.



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

singulares, pode registrar-se como título o nome do produtor predominante, ou o nome do produtor considerado apropriado” (Direcção-Geral de Arquivos 2007, p. 36); noutra secção, as ODA refere “[q]uando o fundo for produzido no âmbito de uma família, por pessoas ligadas por laços familiares, mas com apelidos diferentes, o título do fundo pode corresponder aos nomes completos dessas pessoas, aos quais se pode acrescentar a palavra “família” (Id., 2007, p. 37). O problema adensa-se quando nos deparamos perante arquivos empresariais de pequenas ou micro-empresas de natureza familiar, como por exemplo o fundo JCL (Arquivo Regional da Madeira 2009), onde se verifica, em várias séries, a mistura de assuntos familiares com assuntos da atividade da empresa de bordado Madeira.

Em síntese, respondendo à questão em epígrafe, o ABM custodia um número significativo de arquivos de família e pessoais desde a criação do ADF. No entanto, poucos instrumentos de acesso à informação conforme às convenções internacionais foram produzidos ou atualizados, conforme atesta Tabela 1. Apenas quatro instrumentos de acesso à informação contêm o metadado HCA, exceto FOV que não possui este metadado, reduzindo assim o nosso universo de análise a uma amostra de fundos, que a seguir se analisam.

## **5.2. Como se estrutura o conteúdo do metadado HCA nos instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM aplicado a arquivos de família e pessoais?**

Os resultados apresentados em 5.1. possibilitou restringir o universo de análise para uma amostra intencional de fundos, isto é, conjuntos documentais com instrumentos de acesso à informação conforme ISAD(G). Foi possível verificar que, de todos os conjuntos documentais que a entidade custodiante considera como arquivos de família, há instrumentos de acesso à informação que não se encontram conformes às normas de descrição arquivística. Estão nesta condição, conforme Tabela 1, os fundos FBM, FBP, FCPS, FFL, FTB, FAC e CC. O único instrumento de descrição documental conforme ISAD(G) disponível sobre um fundo de família, mas que não integra o metadado HCA, é o arquivo FOV. Entre os casos que nos suscitam dúvidas, conforme exposto, estão os instrumentos de acesso à informação em torno de arquivos que a entidade custodiante representou como arquivos pessoais. Neste caso, sinalizámos VPC, JPC e LPC. Adicionámos a esta análise o caso JCL, considerado pela entidade custodiante como um arquivo empresarial, que testamos como hipótese de análise como arquivo empresarial familiar. Assim, perante estes condicionalismos, a questão que nos poderia suscitar é se o metadado HCA permitir-nos-ia esclarecer se o conjunto documental é de natureza familiar ou pessoal? Focalizaremos a análise de conteúdo ao metadado HCA em instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM, i. e., VPC, JPC, LPC e JCL, a saber:

Quadro 2 – Extratos dos instrumentos de acesso à informação com metadado HCA

Fundo	HCA
VPC	<i>A primeira entrada de documentação pertencente a este arquivo, remonta a 1934, mediante doação feita pelo próprio Visconde do Porto da Cruz ao então-recém criado Arquivo Distrital do Funchal. Após a morte do Visconde do Porto da Cruz, o seu filho Silvano de Freitas Branco, 2.º Visconde do Porto da Cruz, lega mais um conjunto de documentos ao mesmo Arquivo Distrital, isto após 1961, durante a vigência do então seu diretor, o doutor Pereira da Costa. Estes dois primeiros ingressos de documentação deste acervo, no Arquivo Distrital, contabilizam 88 documentos, acondicionados numa caixa, os quais representam a documentação catalogada pela Dr.ª Fátima Barros no inventário que realizou para este fundo em 1998 (catálogo n.º 67). Silvano de Freitas Branco, em 16 de Dezembro de</i>





# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Fundo	HCA
	<i>2003 e em 13 de Julho de 2004, lega ao Arquivo Regional da Madeira a restante documentação que hoje integra este acervo. É precisamente nestes dois últimos ingressos documentais, ocorridos em 2003 e 2004, que dá entrada a grande maioria da documentação que constitui este arquivo. Um total de 16 caixas e 2 maços. A presente relação documental (n.º 67-A) serve de instrumento de descrição provisório para esta documentação entrada no Arquivo Regional em 2003 e 2004. (205 palavras)</i>
JPC	<i>Em agosto de 2010, foi assinado o auto de doação e de entrega do arquivo pessoal de José Pereira da Costa e de sua esposa Clara Pereira da Costa à Região Autónoma da Madeira, sendo o seu depositário o Arquivo Regional da Madeira. Dois meses mais tarde, em setembro, é feita uma adenda ao referido auto onde José Pereira da Costa manifesta a sua “vontade expressa que este espólio, identificado como Espólio José Pereira da Costa e Clara Pereira da Costa, permaneça indiviso, no Arquivo Regional da Madeira”. Importa referir que, juntamente, com o arquivo pessoal do casal foi doada também a sua vasta biblioteca, que se encontra na fase de tratamento bibliográfico, e vários objetos (medalhas, condecorações e dois bustos de gesso dos doadores) que se encontram descritos no Anexo I - Listagem de objectos doados. A documentação encontrava-se distribuída entre dois espaços no Funchal (a sua residência na Rua Cidade do Cabo e um apartamento na Rua Dr. Pita) e uma outra parte estava em Lisboa, à guarda de uma das filhas do casal. Em novembro de 2010, a documentação que estava no Funchal deu entrada nas instalações do Arquivo Regional da Madeira e, em abril de 2011, foi incorporada a documentação que estava em Lisboa. Por fim, em março de 2012, foi incorporado um pequeno conjunto de reproduções facsímiles. (222 palavras)</i>
LPC	<i>Por vontade testamentária de Luiz Peter Clode os seus filhos, cumprindo o seu desejo, legaram ao Arquivo Regional da Madeira, em 13 de Dezembro de 2004, o seu espólio. Em Dezembro de 2005, um ano mais tarde e por ocasião da realização da exposição Luiz Peter Clode e o Espólio Legado ao Arquivo Regional da Madeira, esta incorporação oficializou-se com a elaboração e assinatura do auto de entrega pela família Clode, doadora, e o Arquivo Regional, a entidade detentora que passaria a custodiar o dito acervo. (86 palavras)</i>
JCL	<i>A documentação recolhida e tratada pelo ARM foi acumulada ao longo do período de funcionamento da empresa João Caldeira Leal, havendo alguns resquícios de documentação da Casa Lusitânia. Existe na documentação referência à loja Atlantic Shop, uma prenda de João Caldeira Leal à sua filha Sara, onde se venderam bordados da empresa João Caldeira Leal, ainda em funcionamento na Rua Imperatriz D. Amélia. (63 palavras)</i>

Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (2017b)

Numa primeira análise, verifica-se que os instrumentos de acesso à informação com metadado HCA publicados pelo ABM têm preferência para um texto narrativo. O volume de palavras varia entre mínimo de 63 palavras (JCL) a um máximo de 222 palavras (JPC), embora não exista um número máximo ou mínimo de palavras estipulado para o metadado HCA. A análise de conteúdo extraído do metadado HCA aos instrumentos supramencionados baseou-se na etiquetagem de segmentos textuais com recurso aos requisitos gerais das ODA constantes do Quadro 1 supra-exarado. A etiquetagem passou por uma leitura prévia e depois por uma codificação pré-determinada em torno de segmentos textuais. A triangulação deste processo de análise é aferível através dos dados da pesquisa no Anexo I. Deste modo, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 2 – Análise de conteúdo do metadado HCA, por fontes e por código ODA.

Código ODA	JCL		JPC		LPC		VPC	
	N.º de referências	% de cobertura	N.º de referências	% de cobertura	N.º de referências	% de cobertura	N.º de referências	% de cobertura
2.3.A1	1	99,51%	1	100,00%	1	99,61%	1	100,00%
2.3.A2.	2	81,77%	1	16,60%	1	23,44%	3	49,68%
2.3.A3.	0	0,00%	1	21,33%	1	15,82%	4	37,50%
2.3.A4.	1	15,02%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.3.A5.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Continua na página seguinte



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Código ODA	JCL		JPC		LPC		VPC	
	N.º de referências	% de cobertura	N.º de referências	% de cobertura	N.º de referências	% de cobertura	N.º de referências	% de cobertura
2.3.A6.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.3.A7.	1	61,58%	0	0,00%	0	0,00%	1	20,83%
2.3.A8.	0	0,00%	1	18,43%	0	0,00%	2	37,10%
2.3.A9.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.3.A10.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.3.A11.	0	0,00%	2	22,24%	0	0,00%	2	21,39%
2.3.A12.	0	0,00%	4	24,07%	0	0,00%	2	8,65%

Fonte: dados da pesquisa, cálculo extraído da aplicação NVivo.

Verifica-se, que o requisito ODA 2.3.A1 foi cumprido apenas em fichas descritivas de nível de fundo, enquanto requisito obrigatório. Quantos aos níveis inferiores (do sub-fundo ou secção até nível de documento) não há qualquer referência visível nos instrumentos de acesso à informação analisados, apesar de não ser um elemento obrigatório. Há, portanto, uma preferência por uma descrição sintética e narrativa do HCA por níveis mais amplos (fundo) em detrimento das classes inferiores. Poderia a HCA ser descrita em níveis inferiores que, sem prejuízo de repetição, delimitassem, através da análise documental, quais as unidades documentais que foram acumuladas, repartidas ou eliminadas na cadeia de custódia ao longo do tempo? Apesar de estar fora da nossa análise, vale a pena confrontar com o fundo FOV, uma vez que é possível depreender através do metadado *Organização e ordenação* vários aspetos custodiais na formação deste arquivo: “O acervo da família Ornelas Vasconcelos alberga, de facto, documentação de outras famílias que a ela se ligaram, por casamentos ou heranças. O caso mais representativo é o da família Correia Olival, cujo arquivo constituía mesmo uma secção à parte dentro do arquivo da família Ornelas” (Ferreira 1998, p. 94); acrescenta ainda: “Se, por um lado, há que respeitar a organização dada na origem, por outro lado, temos presente a instituição do morgadio que determina a concentração da documentação de várias famílias na mão do morgado” (Id., 1998, p. *ibid.*).

Quanto ao requisito ODA 2.3.A2., trata-se de descrever as transferências de propriedade e de custódia de arquivos. O fundo JCL apresenta duas referências, que realça a formação do conjunto documental empresarial de natureza familiar no (1) “período de funcionamento da empresa João Caldeira Leal, havendo alguns resquícios de documentação da Casa Lusitânia” e (2) existência de documentação com “referência à loja *Atlantic Shop*, uma prenda de João Caldeira Leal à sua filha Sara, onde se venderam bordados da empresa João Caldeira Leal”. No que concerne ao fundo VPC, há três referências no metadado HCA, com as seguintes menções: (1) “Após a morte do Visconde do Porto da Cruz, o seu filho Silvano de Freitas Branco, 2.º Visconde do Porto da Cruz, lega mais um conjunto de documentos ao mesmo Arquivo Distrital”, (2) “Silvano de Freitas Branco, em 16 de Dezembro de 2003 e em 13 de Julho de 2004, lega ao Arquivo Regional da Madeira a restante documentação” e (3) “É precisamente nestes dois últimos ingressos documentais, ocorridos em 2003 e 2004, que dá entrada a grande maioria da documentação que constitui este arquivo”. Contudo, não é possível depreender se os conjuntos documentais que ingressaram ao longo dos anos no ADF e ARM correspondem mais a um arquivo da família Freitas Branco do que a um arquivo pessoal, como atualmente representado. No que respeita ao fundo JPC, há uma única referência: “A documentação encontrava-se distribuída entre dois espaços no Funchal (a sua residência na Rua Cidade do Cabo e um apartamento na Rua Dr. Pita) e uma outra parte estava em Lisboa, à guarda de uma das filhas do casal”. Com uma única referência, o fundo LPC foi incorporado por “entrega pela família



## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Clode, doadora, e o Arquivo Regional, a entidade detentora que passaria a custodiar o dito acervo”. Em síntese, estes conjuntos documentais encontravam-se na custódia de famílias, com vários ingressos que ao longo do tempo o ARM ou ABM foi incorporando. Por esta razão, é lícito questionar se estes arquivos considerados pela atual entidade custodiante como pessoais se o são na sua essência?

Quanto ao requisito ODA 2.3.A3, que recomenda o registo das datas de mudança de custódia, o fundo JPC apresenta uma única referência, que explicita a sequência do processo de transferência, a saber: “Em novembro de 2010, a documentação que estava no Funchal deu entrada nas instalações do Arquivo Regional da Madeira e, em abril de 2011, foi incorporada a documentação que estava em Lisboa. Por fim, em março de 2012, foi incorporado um pequeno conjunto de reproduções facsímiles”. O fundo LPC apenas atesta que os familiares “legaram ao Arquivo Regional da Madeira, em 13 de Dezembro de 2004, o seu espólio”. No caso VPC, há quatro referências cronológicas: (1) que “remonta a 1934, mediante doação”; (2) “2.º Visconde do Porto da Cruz, lega mais um conjunto de documentos ao mesmo Arquivo Distrital, isto após 1961”; (3) “Silvano de Freitas Branco, em 16 de Dezembro de 2003 e em 13 de Julho de 2004, lega ao Arquivo Regional da Madeira a restante documentação que hoje integra este acervo” e (4) “É precisamente nestes dois últimos ingressos documentais, ocorridos em 2003 e 2004, que dá entrada a grande maioria da documentação que constitui este arquivo”. Verifica-se, contudo, que as datas de ingresso não são esclarecidas a partir do “arquivo do arquivo”, i. e., do ABM, para o estabelecimento de relações com uma instituição que será responsável pela configuração final dos fundos e coleções incorporados.

Nesta ordem, o requisito ODA 2.3.A4, que recomenda a descrição de vicissitudes que afetaram a integridade do conjunto documental, somente o fundo JCL refere a existência de “alguns resquícios de documentação da *Casa Lusitânia*”. É surpreendente verificar que a análise documental subjacente ao processo de produção de um instrumento de acesso à informação não tenha sinalizado evidências que afetaram a integridade do conjunto documental de natureza familiar ou pessoal. Poderia uma eliminação da iniciativa do produtor/entidade custodiante ser verificável através da análise documental? O mesmo se pode questionar em relação aos requisitos ODA 2.3.A5 e 2.3.A6, uma vez que não identificámos qualquer referência nas fontes selecionadas para análise de conteúdo.

Do requisito ODA 2.3.A7., apenas obtivemos uma referência para JCL e para VPC, que apresentam os mesmos resultados já comentados em relação ao requisito ODA 2.3.A2. O que conduz a esta sobreposição de referências é que os aspetos de transmissão de propriedade e custódia se confundem com os aspetos associados à história da organização. No caso de JPC, a documentação “foi acumulada ao longo do período de funcionamento da empresa João Caldeira Leal, havendo alguns resquícios de documentação da Casa Lusitânia”, e no caso de VPC “Silvano de Freitas Branco, 2.º Visconde do Porto da Cruz, lega mais um conjunto de documentos ao mesmo Arquivo Distrital”.

No que diz respeito ao requisito ODA 2.3.A8, no fundo VPC, consta uma menção de que “foi doada também a sua vasta biblioteca, que se encontra na fase de tratamento bibliográfico, e vários objetos (medalhas, condecorações e dois bustos de gesso dos doadores) que se encontram descritos no Anexo I - Listagem de objectos doados”. No caso de VPC, por seu turno, constam duas referências: (1) documentos “acondicionados numa caixa, os quais representam a documentação catalogada pela Dr.ª (...) no inventário que realizou para este fundo em 1998 (catálogo n.º 67)” e (2) “A presente relação documental (n.º 67-A) serve de instrumento de descrição provisório para esta documentação entrada no Arquivo Regional em 2003 e 2004”. É de assinalar o facto de estes fundos terem sido descritos *a posteriori* pelos serviços de arquivo



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

do ARM, apesar de estarem sempre marcados sob o signo da provisoriedade por motivo dos sucessivos ingressos.

Nesta sequência, não foi possível aferir a presença do requisito ODA 2.3.A9 e 2.3.A10 nas fontes selecionadas para análise. No que diz respeito ao requisito ODA 2.3.A11, o fundo JPC conta com duas ocorrências já referenciadas, especialmente o ingresso de material não arquivístico, como “vários objetos (medalhas, condecorações e dois bustos de gesso dos doadores)” e a incorporação de “um pequeno conjunto de reproduções facsímiles”. No caso de LPC, há uma referência para a “realização da exposição *Luiz Peter Clode e o Espólio Legado ao Arquivo Regional da Madeira*”, que contextualiza a revisão do inventário em função de um evento comemorativo. No que concerne ao fundo VPC, há duas referências já mencionadas no requisito ODA 2.3.A8, que os vincula entre si por a organização e estrutura atual deste fundo derivarem de uma análise feita pela instituição custodiante (ARM).

Ainda nesta ordem, quanto à presença do requisito em ODA 2.3.A12, baseado em ODA 2.3.A11, por último, apenas dois fundos o cumprem, JPC e VPC. Por um lado, JPC possui quatro referências: (1) “Dois meses mais tarde, em setembro, é feita uma adenda”, (2) “Em novembro de 2010, a documentação que estava no Funchal deu entrada nas instalações do Arquivo Regional da Madeira”, (3) “em abril de 2011, foi incorporada a documentação que estava em Lisboa” e (4) em “março de 2012, foi incorporado um pequeno conjunto de reproduções facsímiles”. Verifica-se que o responsável pela descrição efetuou uma enumeração de eventos em sequência cronológica de um processo cumulativo de ingressos. No entanto, não se encontra, como já dissemos, suportada com a documentação do “arquivo do arquivo” como um elemento essencial de *accountability*. Outro conjunto documental, VPC, apenas se dispõe de duas referências já citadas atrás em ODA 2.3.A12 no fundo correspondente.

Há, contudo, aspetos que ficaram fora desta análise de conteúdo. Por exemplo, no que diz respeito à vontade do produtor/possuidor, aquando da assinatura do auto de entrega, este determinou que o conjunto documental fosse “identificado como *Espólio José Pereira da Costa e Clara Pereira da Costa*” e que permanecesse “indiviso, no Arquivo Regional da Madeira”. Todavia, a vontade que prevaleceu foi a denominação dada pelo ARM: “Arquivo de José Pereira da Costa e Clara Pereira da Costa”.

Feita esta análise, percebe-se que os requisitos ODA constituem um suporte adequado para a normalização da descrição arquivística, mas a criatividade narrativa fica ao cuidado de quem descreve. Contudo, os instrumentos de acesso à informação analisados não nos possibilitam aferir em concreto quais as unidades documentais que foram transferidas, segmentadas, copiadas, eliminadas ou omitidas por a descrição de nível de fundo cingir-se a uma descrição superficial da cadeia custodial.

## 6. Considerações finais

O presente texto efetuou uma aproximação aos processos custodiais de AFP do ABM, através da análise de conteúdo ao metadado HCA constantes dos instrumentos de acesso à informação publicados por esta entidade. Efetuámos uma breve incursão em torno de conceitos fundacionais da Arquivística a partir das terminologias como garantias literárias convencionadas pela comunidade de profissionais do setor. Estes conceitos fundacionais – proveniência, ordem original e organicidade – ao lado do conceito de custódia constituem uma base de problematização em torno da natureza e estrutura dos AFP, especialmente como as instituições de memória os representam através dos seus instrumentos de acesso à informação. A



## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

normalização da descrição arquivística tem sido uma preocupação comum entre profissionais e instituições detentoras que visava disponibilizar vastos conjuntos informacionais a uma Sociedade que reclama cada vez mais pelo direito de acesso à informação, ao património e à memória. A descrição arquivística, contudo, tem sido concebida por profissionais para uso de profissionais e, como tal, as garantias literárias aplicadas à identificação e representação da informação arquivística tem manifestado dificuldade em acompanhar a evolução tecnológica (Lemieux 2015), porque dependem da capacidade modernizadora de entidades responsáveis pela política nacional e regional de arquivos. A representação da informação de AFP, com base nas normas em vigor, apenas possibilita a conceção de instrumentos de acesso à informação como “silos”, sob uma configuração unidimensional e estática, com descrições idiossincrásicas e condicionadas à “ditadura dos metadados”.

O recurso às ODA para suporte à análise de conteúdo dos instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM sobre AFP permitiu-nos concluir o seguinte:

- O ABM, desde 1934 (com o ADF) até hoje, acumulou ao longo de vários anos fundos de natureza familiar e pessoal, com uma política de preservação do património arquivístico bem estabelecida na Região Autónoma da Madeira, reconhecida pelos produtores/possuidores destes bens documentais. Contudo, a disponibilização e acesso à informação a alguns destes arquivos estiveram condicionados seja pela ausência de instrumentos de acesso à informação seja pela não conformidade desses instrumentos face às normas de descrição arquivística.
- As garantias literárias disponíveis para a representação de arquivos de família face aos arquivos pessoais não esclarecem todos os contextos de aplicação, deixando ao critério das organizações ou dos responsáveis pela descrição dos acervos a responsabilidade de estipularem uma denominação. Refira-se que o órgão de gestão dos arquivos da Região não produziu instrumentos de acesso à informação conforme ISAAR(CPF). A persistência de uma divisão binária entre arquivos de família e arquivos pessoais deve procurar sustentação na HCA, por exemplo, por via da análise documental, de métodos forenses ou de métodos etnográficos.
- A amostra de obtida através dos instrumentos de acesso à informação publicados pelo ABM sobre AFP com recurso ao metadado HCA evidenciou a presença de arquivos representados como pessoais apesar da proveniência ser familiar. Contudo, verifica-se que os APF constituem uma limitação concetual, dado que excluiria o fundo JCL: trata-se de um arquivo empresarial *tout court* ou de um arquivo empresarial e familiar?

A análise de conteúdo possibilitou, também, identificar várias limitações. Em primeiro lugar, a análise cingiu-se ao metadado HCA, em detrimento de outros metadados de outras áreas de descrição do ISAD(G), que poderiam conter dados semanticamente associáveis ao HCA, como o caso de FOV atrás exemplificado. Em segundo lugar, não analisámos os quadros de classificação, dado que implicaria uma análise de profundidade que não caberia neste estudo. Em terceiro lugar, alguns instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelo ABM saíram do circuito de pesquisa pública, como os fundos FBM e FBP, levando a que estes instrumentos descritivos





## Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

sejam substituídos pelos mais recentes, remetidos para os “arquivos do arquivo” nem sempre acessíveis<sup>20</sup>.

Para concluir, os AFP constituem um domínio importante para as instituições de memória que custodiam tais acervos. Os profissionais da informação arquivística, face a um contexto de constante mutação tecnológica e com grandes volumes de dados, têm cada vez mais de desenvolver autocrítica sobre as estratégias, os mecanismos e as formas de representação da informação disponibilizados aos cidadãos. É este o papel dos arquivos, que Henrique Henriques de Noronha, nas suas *Memorias seculares e eclesiasticas para a composição da Historia da Diocesi do Funchal* (1722), definiu com acuidade: “[s]ão os Archivos huns lugares, que a providencia deputou para guarda dos Documentos; de que formão as Historias em todo o tempo: louvavel invenção em beneficio do publico, não so pella noticia dos Seculos passados, como pella concervação dos antigos privilegios para os vindouros” (Noronha 1996).

---

<sup>20</sup> O ABM não disponibiliza até ao momento qualquer instrumento de acesso à informação sobre o seu próprio arquivo, o que limita a identificação de instrumentos de acesso à informação anteriores. Cf. Arquivo Regional da Madeira (1997) e Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (2017b).



# Congresso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

## Anexo I – Extrato da análise de conteúdo do metadado HCA, processado em NVivo.

Código ODA	Comentários
2.3.A1	Cf. supra Quadro 2
2.3.A2.	<p><b>Fundo JCL:</b> § 2 referências codificadas (81,77% Cobertura)</p> <p><i>Referência 1 - 28,82% Cobertura</i> “período de funcionamento da empresa João Caldeira Leal, havendo alguns resquícios de documentação da Casa Lusitânia.”</p> <p><i>Referência 2 - 52,96% Cobertura</i> “Existe na documentação referência à loja Atlantic Shop, uma prenda de João Caldeira Leal à sua filha Sara, onde se venderam bordados da empresa João Caldeira Leal, ainda em funcionamento na Rua Imperatriz D. Amélia.”</p> <p><b>Fundo VPC:</b> § 3 referências codificadas [49,68% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 20,83% Cobertura</i> “Após a morte do Visconde do Porto da Cruz, o seu filho Silvano de Freitas Branco, 2.º Visconde do Porto da Cruz, lega mais um conjunto de documentos ao mesmo Arquivo Distrital, isto após 1961, durante a vigência do então seu diretor, o doutor Pereira da Costa.”</p> <p><i>Referência 2 - 13,46% Cobertura</i> “Silvano de Freitas Branco, em 16 de Dezembro de 2003 e em 13 de Julho de 2004, lega ao Arquivo Regional da Madeira a restante documentação que hoje integra este acervo.”</p> <p><i>Referência 3 - 15,38% Cobertura</i> “É precisamente nestes dois últimos ingressos documentais, ocorridos em 2003 e 2004, que dá entrada a grande maioria da documentação que constitui este arquivo. Um total de 16 caixas e 2 maços.”</p> <p><b>Fundo JPC:</b> § 1 referência codificada [16,60% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 16,60% Cobertura</i> “A documentação encontrava-se distribuída entre dois espaços no Funchal (a sua residência na Rua Cidade do Cabo e um apartamento na Rua Dr. Pita) e uma outra parte estava em Lisboa, à guarda de uma das filhas do casal.”</p> <p><b>Fundo LPC:</b> § 1 referência codificada [23,44% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 23,44% Cobertura</i> “entrega pela família Clode, doadora, e o Arquivo Regional, a entidade detentora que passaria a custodiar o dito acervo.”</p>
2.3.A3.	<p><b>Fundo JPC:</b> § 1 referência codificada [21,33% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 21,33% Cobertura</i> “Em novembro de 2010, a documentação que estava no Funchal deu entrada nas instalações do Arquivo Regional da Madeira e, em abril de 2011, foi incorporada a documentação que estava em Lisboa. Por fim, em março de 2012, foi incorporado um pequeno conjunto de reproduções facsímiles.”</p> <p><b>Fundo LPC:</b> § 1 referência codificada [15,82% Cobertura]</p>



**Congresso Internacional Herencia Cultural  
y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia  
/ Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic  
islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018  
(preprint)**

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

	<p><i>Referência 1 - 15,82% Cobertura</i> "legaram ao Arquivo Regional da Madeira, em 13 de Dezembro de 2004, o seu espólio."</p> <p><b>Fundo VPC:</b> § 4 referências codificadas [37,50% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 2,56% Cobertura</i> "remonta a 1934, mediante doação"</p> <p><i>Referência 2 - 8,73% Cobertura</i> "2.º Visconde do Porto da Cruz, lega mais um conjunto de documentos ao mesmo Arquivo Distrital, isto após 1961"</p> <p><i>Referência 3 - 13,46% Cobertura</i> "Silvano de Freitas Branco, em 16 de Dezembro de 2003 e em 13 de Julho de 2004, lega ao Arquivo Regional da Madeira a restante documentação que hoje integra este acervo."</p> <p><i>Referência 4 - 12,74% Cobertura</i> "É precisamente nestes dois últimos ingressos documentais, ocorridos em 2003 e 2004, que dá entrada a grande maioria da documentação que constitui este arquivo."</p>
2.3.A4.	<p><b>Fundo JCL:</b> § 1 referência codificada [15,02% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 15,02% Cobertura</i> "havendo alguns resquícios de documentação da Casa Lusitânia."</p>
2.3.A5.	Sem referências
2.3.A6.	Sem referências
2.3.A7.	<p><b>Fundo JCL:</b> § 1 referência codificada [61,58% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 61,58% Cobertura</i> "foi acumulada ao longo do período de funcionamento da empresa João Caldeira Leal, havendo alguns resquícios de documentação da Casa Lusitânia. Existe na documentação referência à loja Atlantic Shop, uma prenda de João Caldeira Leal à sua filha Sara"</p> <p><b>Fundo VPC:</b> § 1 referência codificada [20,83% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 20,83% Cobertura</i> "Após a morte do Visconde do Porto da Cruz, o seu filho Silvano de Freitas Branco, 2.º Visconde do Porto da Cruz, lega mais um conjunto de documentos ao mesmo Arquivo Distrital, isto após 1961, durante a vigência do então seu diretor, o doutor Pereira da Costa."</p>
2.3.A8.	Sem referências
2.3.A9.	Sem referências
2.3.A10.	Sem referências
2.3.A11.	<p><b>Fundo JPC:</b> § 2 referências codificadas [22,24% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 15,23% Cobertura</i> "que se encontra na fase de tratamento bibliográfico, e vários objetos (medalhas, condecorações e dois bustos de gesso dos doadores) que se encontram descritos no Anexo I - Listagem de objectos doados."</p> <p><i>Referência 2 - 7,01% Cobertura</i> "Por fim, em março de 2012, foi incorporado um pequeno conjunto de reproduções facsímiles."</p> <p><b>Fundo LPC:</b> § 1 referência codificada [17,58% Cobertura]</p>



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

	<p><i>Referência 1 - 17,58% Cobertura</i> "realização da exposição Luiz Peter Clode e o Espólio Legado ao Arquivo Regional da Madeira"</p> <p><b>Fundo VPC:</b> § 2 referências codificadas [21,39% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 9,29% Cobertura</i> "documentação catalogada pela Dr.ª Fátima Barros no inventário que realizou para este fundo em 1998 (catálogo n.º 67)"</p> <p><i>Referência 2 - 12,10% Cobertura</i> "A presente relação documental (n.º 67-A) serve de instrumento de descrição provisório para esta documentação entrada no Arquivo Regional em 2003 e 2004"</p>
2.3.A12.	<p><b>Fundo JPC:</b> § 4 referências codificadas [24,07% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 4,04% Cobertura</i> "Dois meses mais tarde, em setembro, é feita uma adenda"</p> <p><i>Referência 2 - 8,83% Cobertura</i> "Em novembro de 2010, a documentação que estava no Funchal deu entrada nas instalações do Arquivo Regional da Madeira"</p> <p><i>Referência 3 - 5,33% Cobertura</i> "em abril de 2011, foi incorporada a documentação que estava em Lisboa."</p> <p><i>Referência 4 - 5,86% Cobertura</i> "março de 2012, foi incorporado um pequeno conjunto de reproduções facsímiles."</p> <p><b>Fundo VPC</b> § 2 referências codificadas [8,65% Cobertura]</p> <p><i>Referência 1 - 5,21% Cobertura</i> "inventário que realizou para este fundo em 1998 (catálogo n.º 67)"</p> <p><i>Referência 2 - 3,45% Cobertura</i> "entrada no Arquivo Regional em 2003 e 2004."</p>

## Referências bibliográficas

- ALVES, I., RAMOS, M.M.O. e GARCIA, M.M., 1993. *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação.
- ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL, 2005. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. ISBN 85-7009-075-7.
- ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, 1997. *Guia do Arquivo Regional da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Arquivo Regional da Madeira.



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

- ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, 2009. IDD 22: Casa de Bordados João Caldeira Leal & C.<sup>a</sup> Lda: instrumentos descritivos. [en línea]. Funchal: [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/02/IDD-n.º-22-Casa-de-Bordados.compressed.pdf>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 1998. IDD 128: Arquivo de Carlos Cristovão. [en línea]. Funchal: [Consulta: 20 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/idd/CCVO>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 1999. IDD 33: Família Calisto Pinto da Silva: Instrumentos Descritivos: Catálogo. [en línea]. Funchal: [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/idd/TJ35>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 2004. IDD 67/67A: Arquivo do Visconde do Porto da Cruz: Instrumentos Descritivos: Catálogo. [en línea]. Funchal: [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/idd/BZ26>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 2005. IDD 49: Espólio do Engenheiro Luíz Peter Clode. [en línea]. Funchal: [Consulta: 20 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/idd/BX47>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 2015. IDD 125 Arquivo de José Pereira da Costa e Clara Pereira da Costa. [en línea]. Funchal: [Consulta: 20 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/idd/JPCC>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 2016a. Arquivos de escritores e investigadores madeirenses : instrumentos descritivos. *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 23, pp. 1–585.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 2016b. «Arquivos de escritores e investigadores madeirenses : instrumentos descritivos». *Arquivo Histórico da Madeira* [en línea], vol. 23, pp. 1–585. Disponible en: <https://app.box.com/s/6mky3nyh1ezgqnnqwlbp5brjx4rz7hfq>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 2017a. Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. *Página institucional* [en línea]. [Consulta: 4 Fevereiro 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt>.
- ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA, 2017b. Instrumentos descritivos. [en línea]. Funchal: [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/04/ABM-Instrumentos-Descritivos-AZfundos.pdf>.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PRIVADOS, [sin fecha]. APAHP | Arquivos Privados. *Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados* [en línea]. [Consulta: 9 Abril 2018]. Disponible en: <http://arquivoshistoricosprivados.pt/index.php/arquivos-privados/>.
- BARITÉ, M., 2017. Literary warrant. *Encyclopedia of Knowledge Organization*. ISKO.
- BARROS, F. (ed.), 2009a. *Legados para a história : um agradecimento : doações ao Arquivo Regional da Madeira de 2005 a 2008*. Funchal: Secretaria Regional da Educação e





**Congreso Internacional Herencia Cultural  
y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia  
/ Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic  
islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018  
(preprint)**

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Cultura : Arquivo Regional da Madeira.

BARROS, F., 2009b. Património Documental/Património Cultural: De e Para o Cidadão. *Islenha*, vol. 45, no. Jul-Dez, pp. 5–22.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 2010. *Normas portuguesas de documentação e informação CT 7*. Lisboa: BNP : IPQ. ISBN 978-972-565-457-6.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001. Relatório do Sub-comité sobre os Instrumentos de Descrição Orientações para a Preparação e Apresentação de Instrumentos de Descrição. . Paris:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004a. *ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias, 2.ª ed*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004b. *ISAD(G) : Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística : adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. ISBN 9728107692 9789728107697.

COOK, T., 2012. Ghosts in the Family: Historians, Archivists, and the Documentary Past. En: M. de L. ROSA (ed.), *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Caminhos Romanos, pp. 33–44.

COOK, T. e SCHWARTZ, J.M., 2002. Archives, records, and power: From (postmodern) theory to (archival) performance. *Archival Science*, vol. 2, no. 3–4, pp. 171–185. ISSN 1389-0166. DOI 10.1007/BF02435620.

COX, R.J., 2008. Revisiting the Archival Finding Aid. *Journal of Archival Organization* [en línea], vol. 5, no. 4, pp. 5–32. [Consulta: 9 Janeiro 2018]. ISSN 1533-2748. DOI 10.1080/15332740802153245. Disponible en: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15332740802153245>.

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS, 2007. *Orientações para a Descrição Arquivística, 2.ª v*. [en línea]. Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. Disponible en: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>.

DUFF, W., 1995. The Influence of Literary Warrant on the Acceptance and Credibility of the Functional Requirements for Recordkeeping: A Dissertation Proposal. *Unpublished Draft*), *University of Pittsburgh*,

DUFF, W. e CUMMING, K., 2017. Respect my authority: Literary warrant assessment as an archival research method. En: A.J. GILLILAND, S. MCKEMMISH e A.J. LAU (eds.), *Research in the archival multiverse*. Clayton, Victoria, Victoria: Monash University Publishing, pp. 456–478.

DUFF, W. e HASKELL, J., 2015. New Uses for Old Records: A Rhizomatic Approach to Archival Access. *The American Archivist*, vol. 78, no. 1, pp. 38–58. ISSN 0360-9081. DOI 10.17723/0360-9081.78.1.38.



**Congreso Internacional Herencia Cultural  
y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia  
/ Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic  
islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018  
(preprint)**

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

- FERREIRA, M.F.A. de B., 1998. Arquivo da família Ornelas Vasconcelos : instrumentos descritivos. *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 21, pp. 1–213.
- GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, [sin fecha]. ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira [portal institucional]. [en línea]. [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <http://abm.madeira.gov.pt/pt/inicio/>.
- GROSS, J., 2013. Metadata Survey: EAD Schema Usage Review. [en línea]. S.l.: Disponible en: <https://works.bepress.com/jamesgross/46/>.
- GUTIÉRREZ DE ARMAS, J., 2016. Estado de la cuestión de los estudios sobre archivos de familia. *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana* [en línea], vol. XXII, no. 88. [Consulta: 9 Abril 2018]. Disponible en: <http://coloquioscanariasmerica.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/10033>.
- HESSE-BIBER, S., RODRIGUEZ, D. e FROST, N.A., 2015. A Qualitatively Driven Approach to Multimethod and Mixed Methods Research. En: S.N. HESSE-BIBER e R.B. JOHNSON (eds.), *The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry* [en línea]. Oxford: Oxford University Press, pp. 3–20. [Consulta: 9 Janeiro 2018]. ISBN 9780199933624. Disponible en: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199933624.001.0001/oxfordhb-9780199933624>.
- HJERPPE, R., 1994. A framework for the description of generalized documents. *Advances in Knowledge Organization* [en línea], vol. 4, pp. 173–180. Disponible en: <https://kopernio.com/viewer?doi=10.1108/EUM0000000007107&route=1>.
- HJØRLAND, B., 2000. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation* [en línea], vol. 56, no. 1, pp. 27–41. [Consulta: 16 Abril 2018]. ISSN 0022-0418. DOI 10.1108/EUM0000000007107. Disponible en: <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/EUM0000000007107>.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000. *ISAD (G) : general international standard archival description : adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999*. Ottawa: International Council of Archives.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2004. *ISAAR (CPF): International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families*. Paris: International Council on Archives.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2011a. *ISDF: International Standard for Describing Functions* [en línea]. Paris: International Council on Archives. Disponible en: <https://www.ica.org/en/isdf-international-standard-describing-functions>.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2011b. *ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings* [en línea]. Paris: International Council on Archives. [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <https://www.ica.org/en/isdiah-international-standard-describing-institutions-archival-holdings>.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016. *RiC-CM-0.1: Records in Contexts: a conceptual model for archival description* [en línea]. Paris: International Council of Archives.



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

Disponibile en: <http://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>.

- LEMIEUX, V., 2015. Visual analytics, cognition and archival arrangement and description: studying archivists cognitive tasks to leverage visual thinking for a sustainable archival future. *Archival Science*, ISSN 15737519. DOI 10.1007/s10502-013-9212-y.
- LEROUX, S., FERREIRA, M., CASTRO, R. e FARIA, L., 2012. Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas - Interoperabilidade e manutenção colaborativa. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012* [en línea]. Lisboa: Associação Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <https://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/338>.
- LLANES PADRÓN, D., 2016. *La Descripción Archivística en los Tiempos Posmodernos: Conceptos, Principios y Normas*. São Paulo: Cultura Académica.
- MACEDO, L.S.A. de, 2017. Classificação da informação arquivística segundo métodos filomeméticos: metadados como unidades fenotípicas? (poster). *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha* [en línea]. Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20, pp. 1181–1196. [Consulta: 20 Abril 2018]. Disponible en: <https://purl.org/sci/atas/isko2017>.
- MACEDO, L.S.A. de, 2018. 'Proveniência' na terminografia arquivística de língua portuguesa: prospeção e visualização de (dis)similaridades em termos e definições. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (no prelo)* [en línea], vol. 2, no. 1. [Consulta: 11 Abril 2018]. Disponible en: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/47466>.
- MACNEIL, H., 2009. Trusting Description: Authenticity, Accountability, and Archival Description Standards. *Journal of Archival Organization*, vol. 7, no. 3, pp. 89–107. ISSN 1533-2748. DOI 10.1080/15332740903117693.
- MACNEIL, H., 2012. What finding aids do: Archival description as rhetorical genre in traditional and web-based environments. *Archival Science*, vol. 12, no. 4, pp. 485–500. ISSN 13890166. DOI 10.1007/s10502-012-9175-4.
- MACNEIL, H., 2017. Deciphering and interpreting an archival fonds and its parts: a comparative analysis of textual criticism and the theory of archival arrangement. *Research in the archival multiverse*. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, pp. 161–197.
- MEEHAN, J., 2010. Rethinking Original Order and Personal Records. *Archivaria* [en línea], vol. 70, no. 0, pp. 27–44. [Consulta: 11 Abril 2018]. Disponible en: <https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13294>.
- MILLAR, L., 2002. The death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time. *Archivaria*, vol. 53, pp. 1–15.
- NEUENDORF, K.A., 2017. *The Content Analysis Guidebook* [en línea]. 2nd ed. Los Angeles: Sage. [Consulta: 19 Abril 2018]. Disponible en: <http://academic.csuohio.edu/kneuendorf/SkalskiVitae/SkalskiNeuendorfCajigas17.pdf>.
- NORONHA, H.H. de, 1996. *Memórias seculares e eclesíásticas para a composição da história da*



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

*diocese do Funchal na Ilha da Madeira*. Funchal: Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico. ISBN 9726481120 9789726481126.

PAREDES, M.F.V. da C., 1999. Documentos para a história da Quinta Grande e do Campanário : Quinta do Pomar (1794-1902) : Assuada na Igreja do Campanário (1825) : catálogo. *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 22, pp. 187–224.

PAREDES, M.F.V. da C., 2012. Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Morgadio dos Piornais em S. Martinho, Funchal, ilha da Madeira. *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Caminhos Romanos, pp. 243–264.

PEIXOTO, P. de A., 1991. *Arquivos de Família. Orientações para a organização e descrição dos fundos dos Arquivos de Família*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos.

PEIXOTO, P. de A., 1994. Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma Política de Arquivos Privados – Os Arquivos de Família. *Cadernos BAD*, vol. 1, pp. 43–48.

PEIXOTO, P. de A., 1995. O valor dos arquivos de família. *Cadernos BAD*, vol. 1, pp. 41–51.

PEIXOTO, P. de A., 1999. A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. *Páginas a&b*, vol. 4, pp. 55–70.

PEIXOTO, P. de A., 2002. Perspectivas para o futuro do Arquivos de Família em Portugal. *Cadernos BAD*, vol. 1, pp. 76–90.

PORTUGAL. LEIS DECRETOS, 1993. *Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro* [en línea]. 1993. Portugal: s.n. Disponible en: <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/16/1993/01/23/p/dre/pt/html>.

PORTUGAL. LEIS DECRETOS, 2001. *Lei n.º 107/2001, de 30 de agosto* [en línea]. 2001. Portugal: Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08. Disponible en: <http://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>.

RIBEIRO, F., 1998. *O acesso à informação nos arquivos*. S.l.: Porto : [Edição do Autor].

RIBEIRO, F., 2013. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. *I Congresso ISKO Espanha e Portugal XI Congreso ISKO España: Informação e/ou conhecimento : as duas faces de Jano : atas* [en línea]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CETAC.MEDIA, pp. 528–539. [Consulta: 18 Abril 2018]. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10216/69659>.

RODRIGUES, A., 2018. Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. *ACTAS I Encontro da Fundación Olga Gallego: Arquivos Privados de Pessoas e Famílias. Unha ollada á Fundación Penzol*. Santiago de Compostela: Fundación Olga Gallego, pp. 31–50.

ROSA, M. de L., 2012. Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Caminhos Romanos, pp. 15–30.



# Congreso Internacional Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia / Cultural heritage and family archives in the Iberian Atlantic islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018 (preprint)

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

- ROSA, M.L., 2017. Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna: perspectivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* [en línea], vol. 30. [Consulta: 9 Abril 2018]. ISSN 0872-5632. DOI [https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_30\\_10](https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10). Disponible en: <https://impactum.uc.pt/pt-pt/node/116523>.
- SILVA, A.B.M. da, 2000. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. *Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, 2000* [en línea]. Rio de Janeiro: CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos e ALA - Associação Latinoamericana de Archivos, [Consulta: 11 Abril 2018]. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10216/22537>.
- SILVA, A.M. da, 2004. Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e técnicas do Património* [en línea], vol. III, no. 1, pp. 55–84. [Consulta: 9 Abril 2018]. Disponible en: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>.
- SILVA, A.M. da, 2015. Organizar e representar informação pessoal e familiar: um problema complexo de mediação info-comunicacional. En: A. RODRIGUES, A.M. SILVA, A. JÚDICE e C. FREITAS (eds.), *1ª sessão do ciclo de conferências intitulado «Arquivos de Família. Património, Memória, e Conhecimento», subordinada ao tema «Os Arquivos de Família hoje: o estado da questão», teve lugar em Ponte de Lima, no dia 4 de julho de 2015* [en línea]. Ponte de Lima: s.n., [Consulta: 9 Abril 2018]. Disponible en: [http://arquivoshistoricosprivados.pt/wp-content/uploads/2016/10/Armando-Malheiro\\_-Resumo.pdf](http://arquivoshistoricosprivados.pt/wp-content/uploads/2016/10/Armando-Malheiro_-Resumo.pdf).
- SILVA, A.M. da, RIBEIRO, F., RAMOS, J. e REAL, M.L., 1999. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0483-3.
- THIBODEAU, K., 2016. Research Issues in Archival Provenance. *Building Trust in Information: perspectives on the frontiers of provenance*. S.l.: Springer, pp. 69–78.
- TRACE, C.B. e DILLON, A., 2012. The evolution of the finding aid in the United States: from physical to digital document genre. *Archival Science* [en línea], vol. 12, no. 4, pp. 501–519. [Consulta: 9 Janeiro 2018]. ISSN 1389-0166. DOI 10.1007/s10502-012-9190-5. Disponible en: <http://link.springer.com/10.1007/s10502-012-9190-5>.
- UNIVERSIDADE DO PORTO, P., 2007. DeltCI: Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação. *Universidade do Porto. Observatório de Ciência da Informação*.
- VIEIRA, A., 2013a. A História vista de baixo/The History from below. *Newsletter: Memória das Histórias das Gentes que fazem a História*, vol. 2, no. Fev., pp. 1–2.
- VIEIRA, A., 2013b. História Oral que Falta. *Newsletter: Memória das Histórias das Gentes que fazem a História* [en línea], vol. 3, no. Mar, pp. 1–2. Disponible en: <https://app.box.com/s/lpstdnd7xq3k9lgfysfy6p7kjimt2fdx>.
- ZHANG, J., 2012. Archival Context, Digital Content, and the Ethics of Digital Archival Representation. *Knowledge Organization* [en línea], vol. 39, no. 5, pp. 332–339. [Consulta: 9 Janeiro 2018]. Disponible en: <http://web.a.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=>





**Congreso Internacional Herencia Cultural  
y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia  
/ Cultural heritage and family archives in the iberian atlantic  
islands (Macaronesia) Tenerife, del 16 al 19 de mayo de 2018  
(preprint)**

<http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>

crawler&jrnl=09437444&AN=85785357&h=vnbIXIluTiYW03JI1WRLIF90KSaHW%2BpwuW  
DpAsYUEd4bpWA4RDkvRYgmK5Nb1VrYkqtk8%2FmZcvWhWuiB8BCSSA%3D%3D&crl=c&r  
esultNs=AdminWebAuth&resultLocal=.